

Misoginia, falha civilizatória?

Uma violência que urge ser exposta, cuidada

Realização Bruno Esposito, Gisela Haddad (coordenadora), Ivy Semiguem, Lucas Simões Sessa e Tânia Corghi Veríssimo

Alessandra Affortunati Martins é psicanalista, pesquisadora responsável (JP-Fapesp) na Cátedra Edward Saïd (Unifesp), colunista da Revista *Cult*, doutora em Psicologia Social e do Trabalho pelo Ipusp com pós-doutorado na FFLCH-USP, membra do Grupo de Trabalho em Filosofia e Psicanálise da Anpof e do SIPP e do Grupo de Estudos, Pesquisas e Escritas Feministas. Foi professora visitante na ZfL-Berlin e pesquisadora na University of London. É autora, entre outros, de *Breve história da carne* (Iluminuras, 2023).

Estevão Rafael Fernandes é professor associado da Universidade Federal de Rondônia (Unir) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Doutor em Estudos Comparados sobre as Américas pela UnB, com período sanduíche na Duke University; pós-doutorado pela Brown University. Publicou, entre outros, *Gay indians in Brazil* (Springer) e *Descolonizando sexualidades* (Editora UnB). Coordena o GT “Antropologias Dissidentes e Indisciplinadas” da ALA, integra o International Indigenous Organ Donation and Transplantation Coalition e a Task Force on Indigenous Psychology da APA, e é parecerista da Wenner-Gren Foundation. No Brasil, é coeditor da revista *Novos Debates* (ABA), Pesquisador da Fiocruz-Rondônia e Secretário Regional da SBPC em Rondônia.

Felippe Lattanzio é psicanalista, doutor em estudos psicanalíticos pela UFMG, com estágio doutoral no CNAM/Paris. É autor de *O lugar do gênero na psicanálise* (Blucher), entre outras produções. É participante das Journées Internationales Jean Laplanche. Foi coordenador geral do Instituto Albam, tendo ganho o prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (PNUD, ONU Brasil). É professor da PUC Minas e na Casa do Saber. Membro fundador e docente do Travessias – Percursos em Psicanálise. É membro efetivo da Associação de Pesquisa Universitária em Psicopatologia Fundamental.

Tania Rivera é ensaísta, psicanalista, professora da UFF e da UFRJ. Doutora pela Université Catholique de Louvain, Bélgica, com pós-doutorado na EBA – UFRJ e na UNSAM, Argentina. Foi professora visitante da Université Paris 8. Autora de, entre outros, *Arte e expressão, loucura e política* (n-1 e Ed. Sesc, 2023), *Psicanálise antropológica* (Artes e Ecos, 2020) e *O avesso do imaginário* (CosacNaify, 2013, prêmio Jabuti).

Alessandra Affortunati Martins
Estevão Rafael Fernandes
Felippe Lattanzio
Tania Rivera

Andrew Tate é um influenciador americano que se declara misógino. É réu por estupro, tráfico humano e exploração sexual de menores. Citado na série “Adolescência”, defende o que faz publicamente e, além de não ter sido preso, não se esquivava em vestir camisetas que disseminem essa violência, favorecendo a criação de sites em que são propagadas a machosfera e a pornografia. Algoritmos de redes sociais amplificam esse discurso, empurrando jovens para um funil de radicalização misógina que muitas vezes termina em defesa explícita do estupro. O rapaz que prestou depoimento sobre o estupro coletivo de sua colega vestia a camiseta com os dizeres regret nothing, como a se eximir de qualquer responsabilidade sobre seu ato. A impunidade e a espetacularização midiática mantêm a cultura que transforma violência sexual em entretenimento e/ou afirmação identitária.

Em 2025, o Brasil registrou o maior número de crimes sexuais dos últimos dez anos. 832 jovens menores de dezoito anos cometeram abusos sexuais. Tal como uma epidemia silenciosa, eles ou são vítimas de um ambiente de violência, ou influenciados por redes que disseminam o ódio.

A violência de gênero é uma pandemia silenciada e generalizada. Uma em cada três mulheres sofre violência física ou sexual ao longo da vida, seis em cada dez feminicídios são cometidos por parceiros íntimos ou familiares, uma em cada cinco meninas casa-se antes dos dezoito anos. No mundo, 245 milhões de mulheres sofreram violência por parceiros íntimos apenas no último ano – número que supera populações de países inteiros.

Gisèle Pelicot – que sofreu estupros organizados por seu ex-marido, caso que chocou o mundo e se tornou símbolo

123

PERCURSO 76 : p. 123-132 : junho de 2026

internacional da luta contra a violência sexual – transformou sua indignação em memória e denúncia. Ao tornar público o julgamento e recusar o anonimato, realizou um ato político: “Que a vergonha mude de lado”.

No livro *A cronologia da água* (2011), Lidia Yuknavitch relata o horror e a dor de ser abusada sexualmente por anos pelo próprio pai, o qual antes dela abusava da irmã mais velha, diante do silêncio de sua mãe, que buscava amortecer-se no álcool.

A misoginia explícita e os ataques à mulher são a ponta do iceberg de um mal-estar na civilização. O feminicídio se mantém há alguns séculos. A estrutura familiar e social tradicional, centrada na figura paterna como lei, não só resiste ao surgimento de um laço social igualitário, como tenta restaurar uma ordem patriarcal imaginária, incrementada pela ascensão da extrema direita global, que transforma a “família tradicional” em trincheira contra direitos das mulheres, ao mesmo tempo que acolhe em suas fileiras acusados de violência sexual – contradição que raramente é cobrada.

Por outro lado, se o feminismo interroga com força histórica e contundente homens mundo afora – e muitos deles em sua vida



a misoginia não é um desvio isolado. Trata-se de uma estrutura que desenhou o patriarcado como cerne dos processos civilizatórios. Hoje ela se retroalimenta pela impunidade, pelos algoritmos

pública palestram sobre tais desigualdades e injustiças – uma vasta maioria resiste em abandonar seu lugar “soberano” no patriarcado, inclusive em espaços inesperados como universidades ou instituições de renome.

Há que não se esquecer que a violência atinge as mulheres de formas diferentes. Nas mulheres negras, indígenas ou trans seus índices ultrapassam em muito a média.

A seção *Debate da Revista Percurso* convida a refletir livremente sobre o tema.

Alessandra Affortunati Martins

Ouvir e ver ou recusar e recalcar?

Perguntas feitas por uma psicanalista feminista

A misoginia não é um desvio isolado. Trata-se de uma estrutura que desenhou o patriarcado como cerne dos processos civilizatórios. Hoje ela se retroalimenta pela impunidade, pelos algoritmos, pelos ganhos monetários, pelo acúmulo de poder e pela espetacularização da violência. Como destaca o texto disparador deste Debate, do influenciador Andrew Tate – réu por estupro e exploração sexual – aos dados alarmantes do Brasil, que em 2025 teve o maior número de crimes sexuais da última década, passando pelo ato político

de Gisèle Pelicot e pela dor narrada por Lidia Yuknavitch, o cenário revela uma epidemia antes silenciada que agora está sob holofotes no palco das notícias. É necessário que essa forte luz sobre a violência contra as mulheres e o feminino não se apague. Enquanto o feminismo interroga-as sem cessar, a estrutura patriarcal resiste. Sabe-se que a violência atinge com ainda mais força mulheres negras, indígenas e *queer*. Eis o terreno sobre o qual este Debate se propõe a refletir.

Diante dessas evidências, quais perguntas a psicanálise deve colocar a si mesma e às esferas sociopolíticas? Como escutar o trauma sem repetir pactos e alianças entre irmãos e pais – simbólicos



*do lado da psicanálise,
convém examinar o porquê
de ela demorar tanto a se mover.
Não se tratou apenas de silêncios
e convivências. Muitos conceitos
teóricos e resistências institucionais
diante das articulações feministas
reiteraram violências, desigualdades
e opressões*

ou não – que silenciam e reproduzem atos exploratórios e violentos? E, finalmente, como a psicanálise pode contribuir para que a vergonha definitivamente mude de lado, sem recuar ou recusar a banalidade usual na qual é colocada a monstruosidade de tais violências, opressões e explorações?

Como costume dizer, sintomas histéricos foram e são tentativas semífracassadas de articulação política discursiva de mulheres exploradas materialmente e abusadas moral e sexualmente – essas são partes da verdade de sintomas queixosos de insatisfação e dores conversivas. Por isso, a vergonha, como Gisèle Pelicot fez questão de bradar, precisa mudar de lado.

Do lado da psicanálise, convém examinar o porquê de ela demorar tanto a se mover. Não se tratou apenas de silêncios e convivências. Muitos conceitos teóricos e resistências institucionais diante das articulações feministas reiteraram violências, desigualdades e opressões. Já louvamos e agradecemos à exaustão os nossos pais da psicanálise. Chegou o momento de fazer um outro passo de dança – um movimento não laudatório a eles, posteriormente reencarnados nos novos mestres que também reproduzem seus poderes espoliadores sob vestes fálicas.

Como já indiquei em artigo anterior, escrito na minha coluna da Revista *CULT*, quando Freud escreveu o caso Dora, em 1905, ele normalizou, em

muitos aspectos indesculpáveis, o que Ida Bauer (1882-1945) buscou narrar em análise: o absurdo de ter sofrido assédios e importunações sexuais aos quatorze anos por parte do senhor K., amigo de sua família que à época tinha cerca de quarenta anos. O pai apoiava a violência insistente para que pudesse seguir livre com a amante, esposa do senhor K. Ou seja, o pai de Dora entregava a filha adolescente ao marido da amante como moeda de troca para preservar seu romance extraconjugal. Dora recusou-se a servir de distração ao senhor de quarenta anos e acabou sendo levada pelo pai ao psicanalista – Freud. No pacto entre esses senhores, que igualmente se servem e estão a serviço da empresa patriarcal, o psicanalista ficou encarregado de resolver a “histeria” da moça e se esforçou para tanto – ela resistiu como pôde.

Alarmes ressoam: Epstein, Vercaro, Weinstein, Daniel Alves, Robinho, Polanski, Trump, Doca Street – uma lista tanto variável quanto interminável. Como analisa Shoshana Felman em *O inconsciente jurídico*, três julgamentos revolucionaram o sistema de jurisdição ocidental: 1) o de Adolf Eichmann em Jerusalém (1961), que introduziu a escuta do trauma e o testemunho da vítima como elemento central da verdade jurídica; 2) o de O.J. Simpson (1995), que mostrou tensões desse modelo em termos de gênero com o deslocamento das reivindicações legítimas por justiça em relação ao racismo da polícia de Los Angeles e do sistema de jurisdição norte-americano na defesa contra a acusação de feminicídio de Nicole Brown; 3) o terceiro, de Gisèle Pelicot (2024-2025), que acrescentou outra faceta ao conjunto histórico anterior ao tornar público o julgamento de estupro e abuso sexual e recusar o anonimato. Com esse procedimento de visibilidade, Gisèle inverte a moral e o status que regia a violência sexual.

Dopada pelo próprio marido, Dominique Pelicot, Gisèle foi estuprada por mais de dez anos. Seu marido usufruía de seu corpo junto com dezenas de outros homens recrutados na internet para abusar dela em estado totalmente inconsciente. Quando tudo veio a lume, Gisèle decidiu que a vergonha não era o seu lugar. Cinquenta e



um homens foram julgados por estupro. Figuras comuns, agentes do horror inimaginável. Em casos como esses, o Real tem autoria.

O que não pôde ser escutado na denúncia feita por Dora ainda no início do século xx não pode mais encontrar ouvidos moucos, especialmente entre psicanalistas que trabalham com a escuta e a verdade inerente aos sintomas. Fingir que não se ouve o que se ouve e que não se vê o que se vê é obra de recalques e negações – a psicanálise recorrerá agora às artimanhas que busca dissolver em sua clínica?

Estevão Rafael Fernandes

O ódio como norma: O que minhas filhas me ensinaram sobre misoginia

Seria hipócrita e covarde entrar pela porta da frente neste debate proposto pela Seção Debate da Revista *Percurso*, lançando mão de eventuais credenciais de pesquisador no campo do Gênero e da Sexualidade. Prefiro, em vez disso, entrar pela porta dos fundos, acanhado, despido da minha vaidade “latristica”, entendendo meu lugar de privilégio como homem cis-heteronormado. Escrevo como pai de duas meninas (uma a caminho), tendo consciência de que essa experiência me destruiu, mais do que me desconstruiu, de várias formas diferentes. Escrevo, ainda, sabendo que um dia uma delas talvez leia isto e é deste lugar de absoluto desconforto e insegurança que deito aqui algumas palavras. É, ainda, deste lugar que escrevo e confesso que tenho medo, muito medo, pelas minhas filhas. Ao ver como mulheres são violentamente tratadas, violadas, invisibilizadas e agredidas de tantas formas, vira e mexe me pergunto se falhamos como civilização.

Em primeiro lugar, sinto que não – ao contrário, cada vez mais me convenço de que este é, justamente, o próprio projeto civilizatório. Explico: os casos de violência, misoginia e machismo não são uma “falha na matrix” ou um erro sistêmico. Antes, o próprio projeto civilizatório

*identificar a violência,
nesse contexto, como desviante
da norma, é protegê-la: ela é
a norma em si e o próprio
sistema. Os red pill não são
um desvio, eles são a face
mesma desvelada dessa estrutura
excludente sobre a qual o mundo
moderno/ocidental se baseia*

sustenta essa estrutura patriarcal e nela se baseia. A modernidade não deve, assim, ser entendida como uma mera relação com o mundo (algo contingente), mas como a própria lógica subjacente que sustenta a normalização desses vários tipos de violência, uma vez que ela se funda na exploração e apagamento de corpos-outros para além do combo homem-branco-europeu-ocidental-hetero-cristão-etc. Há corpos historicamente matáveis, estupráveis e descartáveis, e o erro é supor que esse “historicamente” seja um passado morto e enterrado e não uma imanência.

Identificar a violência, nesse contexto, como desviante da norma, é protegê-la: ela é a norma em si e o próprio sistema. Os *red pill* não são um desvio, eles são a face mesma desvelada dessa estrutura excludente sobre a qual o mundo moderno/ocidental se baseia. A “machosfera”, com seus “maridos alfa”, sempre esteve lá, mas agora temos consciência dela. O que nos leva a um segundo ponto.

Compreender essa estrutura que normaliza a violência misógina é um deslocamento necessário para que a denúncia produza algo além de si mesma: os mecanismos que a (re)produzem partem da mesma lógica daqueles que deveriam contê-la. Refiro-me não apenas à certeza da impunidade dentro da perspectiva masculinista mas, também, de como as mídias sociais e os algoritmos funcionam como caixa de ressonância dessas



*o ponto é que essa nuvem
discursiva não paira simplesmente
no ar, de forma abstrata:
ela está presente em decisões
judiciais, currículos escolares,
conversas nos corredores
e botecos, no zapping
despretensioso nas redes sociais
antes de dormir*

ações: a morte de mulheres rende *likes*, *scrolling* e compartilhamentos. Há notícias recentes, por exemplo, de operadores do direito que normalizam, em suas decisões, o estupro de vulneráveis e o assédio, bem como de autoridades e policiais que agredem e/ou matam suas parceiras. Mais do que esses episódios em si, chamo a atenção para como eles evidenciam que agressores e cúmplices sistêmicos possuem *fan base* e apoiadores. O agressor e assassino de hoje é o deputado ou vereador de amanhã, a própria personificação do “cidadão de bem”, justamente porque há uma capacidade de articulação e mobilização algorítmica que sustenta um mercado, simbólico e financeiro, desde o qual matar mulheres rende engajamento e dinheiro.

Um terceiro elemento tem que ser dito: corpos diferentes são mortos também diferentemente. Se estamos falando da Modernidade como sistema, precisamos, da mesma forma, chamar a atenção para o fato de que essas violências não operam separadamente, mas articulam-se interna e constitutivamente com a dominação racial, territorial, espiritual e afetiva que organiza o mundo moderno-colonial. Isso tem, evidentemente, consequências diretas para a leitura da violência de gênero em suas múltiplas formas – inclusive como a imprensa a noticia: índices de feminicídio, estupro, abuso, assédio, *body shaming* etc. incidem

distintamente sobre mulheres negras, indígenas, interioranas e trans como uma expressão ainda mais evidente de como esse regime heterocolonial opera quando todas as suas dimensões se intensificam em simultaneidade. Não se trata, como poderíamos pensar interseccionalmente, de soma de opressões, mas de um sistema desde o qual (e para o qual) essas camadas operam concomitantemente, potencializando-se.

Machismo, homotransfobia, racismo... são faces de um mesmo sistema moderno-colonial, e tentar entender apenas uma dessas camadas é abrir mão de compreender como ele estrutura a si mesmo e como se articula com o ultraneoliberalismo e o conservadorismo. Aliás, não por coincidência, são esses justamente os círculos nos quais “gênero” é tema proibido. O neopentecostalismo radical, o fascismo moral e a necropolítica são contrapartes uns dos outros, e dessa nuvem discursiva saem *trends* que fazem apologia à agressão de mulheres, estupro corretivos (sic), “cura gay”, “ideologia de gênero” *et cetera*.

O ponto é que essa nuvem discursiva não paira simplesmente no ar, de forma abstrata: ela está presente em decisões judiciais, currículos escolares, conversas nos corredores e botecos, no zapping despretensioso nas redes sociais antes de dormir. É ali, no cotidiano, que essas violências se reproduzem e, gradualmente, deixam de nos chocar. Se é assim, o futuro parece pouco alvissareiro. É daí que volto às minhas filhas.

Como pesquisador, sei intelectualmente que há essa estrutura que (re)produz corpos descartáveis e matáveis e a compreendo justamente assim: intelectualmente, de um lugar distante, confortável, cômodo. A sociedade que mata mulheres é, para mim, como educador, uma abstração. Mas ela não é esse lugar apenas imaginado para milhões e milhões de mulheres. Ver minha filha dormindo no quarto ao lado, enquanto escrevo este texto, é uma cobrança assustadora: em que medida eu ajudo/ei a reproduzir esse mundo que ela vai atravessar? O que posso, efetivamente, fazer para romper esses ciclos e ensiná-la que ser vítima não é, afinal, uma opção? Longe dos holofotes, do Lattes, das

palestras e publicações, fora das bancas e dos púlpitos, o que devo fazer para que ela não se torne mais uma estatística, a ser citada por outro pesquisador ou pesquisadora alhures? A verdade é que tenho mais medo que respostas – o que me assusta ainda mais. Talvez esse medo seja o primeiro passo para sair desse meu lugar tão cômodo, afinal. Não tenho conclusão para oferecer neste texto. Tenho, sim, a obrigação de não fingir ter.

Fellipe Figueiredo Lattanzio

Rebaixamento do feminino, pornografia, redes sociais e primazia do falo: algumas faces de um problema

O recrudescimento da misoginia no mundo atual nos interroga sobre os supostos avanços civilizatórios de nossa sociedade. O nível de violência e de legitimação social entre pares que determinados atos detêm nos faz questionar se se trata de um protesto masculino que acentua violências diante dos avanços dos feminismos e das pautas identitárias ou se isso que se apresenta sempre esteve presente e agora ganha ambiente social favorável para se mostrar. De minha parte, aposto numa mistura dessas duas explicações para tais fenômenos.

Na primeira corrente, o papel da disseminação desenfreada da pornografia no imaginário sexual masculino me parece fator central e não suficientemente debatido. Uma investigação simples, seja entre nossos pacientes homens, seja entre outros círculos sociais, mostra que uma maioria esmagadora dos homens, por exemplo, se masturba quase que exclusivamente com estímulos da pornografia. E isso não somente entre jovens. Os roteiros típicos das cenas incluem estupro, pedofilia, *gangbang*, entre outros, e têm em comum a subjugação das mulheres como condição do prazer masculino. Temos uma porcentagem considerável dos homens em nossa sociedade que gozam com a condição de fantasiar o rebaixamento da mulher. Evidentemente, essas fantasias, quando alcançam proporções socialmente relevantes empurradas pelos algoritmos,



*numa era em que
o amortecimento de sensação
de realidade causado pela
imersão excessiva em redes sociais
se torna a tônica, a necessidade
de sentir-se vivo a partir
de tornar reais tais fantasias
aparece de forma crescente*

não são sem consequências reais. Afinal, o modo de fantasiar e de gozar a partir da fantasia, evidentemente, tem consequências sobre as formas de se relacionar, de amar e de agir no mundo. Um homem que fantasia com um esquete de um padrasto que “come” a enteada adolescente que o “provoca” (um roteiro até light diante do cenário atual) muito provavelmente terá alguma manifestação misógina ao longo da vida e algum problema decorrente disso. E esse homem está muito mais próximo do que muitos imaginam, pode ser seu pai, seu vizinho ou seu marido. (Peço desculpas pela descrição tosca, mas considero necessária para materializar o lado comezinho e cotidiano do que estou descrevendo).

Numa era em que o amortecimento de sensação de realidade causado pela imersão excessiva em redes sociais se torna a tônica, a necessidade de sentir-se vivo a partir de tornar reais tais fantasias aparece de forma crescente. É estarrecedor, por exemplo, o número que veio à tona recentemente de 64 milhões de acessos a vídeos de uma rede, apelidada de “academia do estupro”, na qual homens/maridos estupram suas esposas após as doparem e compartilham os vídeos entre pares. O que pareceria uma aberração perversa e minoritária choca ao atingir a cifra de milhões de usuários ao redor do mundo. É provável que alguém de nosso círculo pessoal sinta prazer acessando tais conteúdos ou similares.



*não é um fenômeno novo
a misoginia hoje tremendamente
explícita, seja como discurso nas redes
sociais e mercadoria de propaganda
na plataforma de políticos de extrema
direita, seja como atos cada vez
mais frequentes de assédio, agressão,
estupro e assassinato de mulheres
e pessoas LGBTQIA+*

A segunda corrente do raciocínio se liga a questões seculares e milenares, à construção do patriarcado e à negação do feminino subjacente a ela. Falemos de nossa própria disciplina, a psicanálise. Muitos de seus dogmas se fundam sobre a chamada primazia do falo: desde as descrições dos caminhos identificatórios de homens e mulheres até a chancela de estruturas psíquicas (neurose, psicose, perversão) a partir da incidência diferencial da lógica fálica e de suas significações simbólicas correlatas. O falo, em nossa disciplina, sela o destino psicopatológico dos sujeitos. Necessário, portanto, nos interrogarmos sobre as condições de sua prevalência. Seria ele aquilo que salta aos olhos como emblema da diferença sexual pela sua turgidez, como o Lacan d'*A significação do falo* propõe? Ora, teria esse fato mais potencial

Tania Rivera

*A misoginia é a base da lógica fálica –
e a psicanálise é a via para desmontá-la*

Não é um fenômeno novo a misoginia hoje tremendamente explícita, seja como discurso nas redes sociais e mercadoria de propaganda na plataforma de políticos de extrema direita, seja como atos cada vez mais frequentes de assédio, agressão, estupro

simbólico do que uma mulher que pare outro ser humano pela vulva? Ou do que o seio, protótipo do primeiro objeto de desejo em todas as teorias psicanalíticas? Para mim, é evidente que não. Sem alongar a interessante discussão, quero enfatizar que em nossa própria disciplina as marcas da dominação masculina são onipresentes. Não se trata de negar o alcance da lógica fálica na produção de subjetividades, mas antes de situar seu caráter defensivo, sua violência que anseia em apagar os traços daquilo que no feminino ameaça, de perceber que um primado de superfície sólida é também quebradiço, e assim achar suas fissuras. A liberdade subjetiva, a liberdade do ser humano, afinal, se mobiliza a partir do desbastamento das defesas (fálicas) do eu.

Concluindo (sempre) parcialmente este pequeno comentário, penso que estamos, ao mesmo tempo, diante de problemas contemporâneos ligados às redes sociais, à pornografia, à internet e seus algoritmos, bem como diante de protestos e negações milenares que construíram o patriarcado e a primazia do falo a partir do rebaixamento do feminino. Um caminho que se depreende dessas constatações é a necessidade de intervenções com os homens, em todas as esferas: desde prevenção e educação nas escolas até intervenções com homens autores de violência, passando por campanhas publicitárias, regulação do ambiente virtual, chegando aos nossos consultórios na lide com pacientes homens, nas nossas relações pessoais, na criação de filhos e no ato necessário de encarar os ecos disso em nossas próprias fantasias.

e assassinato de mulheres e pessoas LGBTQIA+. Não se trata de uma conformação subjetiva e um modelo de laço social próprios da atualidade. Nem tampouco de um subproduto acidental do modelo patriarcal hegemônico no processo civilizatório, uma rachadura pontual – e que se pode facilmente reparar – na arquitetura da sociedade dita ocidental, uma falha súbita que expressa um novo modo

de mal-estar na Cultura e nos convoca, nós psicanalistas, a explicá-la e elaborá-la na clínica e na pólis. A misoginia é o verdadeiro motor oculto do modelo patriarcal. E a psicanálise, a teoria e a prática que mais detidamente analisa sua construção, nas primeiras décadas do século xx, quebrando seus elementos constitutivos, ecoando seu léxico e dissecando sua gramática.

Afinal, o cerne da Psicanálise consiste precisamente na narrativa que articula a figura do pai como agente civilizatório a um enunciado violento por excelência – o complexo de castração. Como bem sabemos, este tem como fulcro a encarnação nos “não homens” de um lugar de desvalorização extrema – e não seria este o enunciado fundamental da misoginia? A obra freudiana demonstra com precisão que a gramática que proponho nomear “falopatriarcal” depende necessariamente da construção da figura do corpo “não fálico” como “estranho” ou “angustiante”, ou seja, como perigoso, justamente porque ele comprovaria o risco de que os outros corpos, supostamente fálicos, sejam igualmente castrados, e assim retirados do lugar de poder que os atributos patriarcais lhes garantiriam.

Freud não sacou tal arquitetura discursiva do bolso, em um ato de genialidade sobre-humana. Nela pulsam sua própria vida e autoanálise, seus sonhos e sintomas – que não poderiam estar isentos de marcação por sua posição sexuada, ou seja, de gênero, bem como em termos raciais e geopolíticos – mas também, fundamentalmente, sua clínica, ou seja, as associações, relatos e fantasias de seus pacientes. Ao aceitar a reivindicação por escuta das ditas históricas, ele fundou a psicanálise como uma espécie de teoria alteritária que, diferente das teorias filosóficas, reverbera elementos narrativos referentes a posições subjetivas distintas da sua. E aquilo de que tais pacientes se queixavam levava como se sabe, com altíssima frequência, ao relato de uma cena de estupro por parte do pai. Antes de rapidamente recobrirmos tal “etiologia paterna” (na expressão do próprio autor) pela “fantasia de sedução” edípica, ou ainda de substituímos a noção de “castração”



*ao aceitar a reivindicação
por escuta das ditas históricas,
Freud fundou a psicanálise como
uma espécie de teoria alteritária
que, diferente das teorias
filosóficas, reverbera elementos
narrativos referentes a posições
subjetivas distintas da sua*

por uma violência inerente à linguagem, creio que nossa posição como analistas nos obriga a reconhecer e sublinhar a materialidade cruel de tais significantes.

De fato, se eles se arquitetam como fantasias, isso não faz deles algo distinto da “realidade” construída socialmente. Pelo contrário, as fantasias são a explicitação mais contundente do mal-estar que é o eixo da cultura – e apontam nele, de maneira indubitável, a questão de gênero como operador básico. Elas mostram, ao longo de toda a obra freudiana, que cenas sexuentes constituem lugares sociais através da construção de figuras de corpo, e que tal organização em termos de “diferença sexual” edifica um esquema de hierarquia e subjugação de algumas pessoas, em benefício de outras. Isso me parece hoje, depois de longa releitura de Freud com tal hipótese em mente, extraordinariamente nítido na teoria, e desde muito cedo. Vou trazer apenas um trecho que explicita a crueldade como o verdadeiro motor de tal partilha do poder, dentre muitos outros que não poderei aqui comentar. Trata-se do modo como o autor caracteriza o “fálico” em termos minimalistas, em “Sobre as teorias sexuais infantis”, de 1908.

A centralidade do “pênis” é neste texto marcada pela excitação do órgão que acompanharia o verdadeiro trabalho do pensamento que dá origem às fantasias, e a ela estariam ligados



*não é surpreendente,
portanto, que o voto masculino
seja maioria na eleição de políticos
que se apresentam como
se estivessem acima de qualquer
regra básica de convivência ética,
e que seu projeto político conjugue
falicidade e genocídio, em vez
do bem-estar social*

"impulsos que a criança não sabe interpretar, obscuros ímpetos a fazer algo violento, a penetrar, a destroçar, abrir um buraco em algum lugar"¹. Me limitarei aqui a sublinhar com força o significante "destroçar", e a expressar a desconfiança de que a noção de "diferença sexual" talvez consista justamente na apresentação em ato de tal fantasia de abertura violenta de um buraco no "corpo outro". Devo ainda ressaltar que se a ameaça de castração é um operador importante na subjetivação das pessoas que têm acesso a tal tipo de gozo destroçador, é justamente por demarcar uma posição de (ainda) não castração, em comparação com tal corpo outro. A masculinidade hegemônica se edifica, de fato, sobre o frágil alicerce da fantasia de não castração, que deve ser constantemente reafirmada pela feminização em ato de outros corpos.

A violência perpetrada sobre o "outro corpo", ou seja, a violência de gênero, deve ser reconhecida, assim, como nada menos do que o sustentáculo da claudicante falicidade do "homem" – ou dos "homens", como propus chamá-los em texto recente, para melhor ressaltar que ela implica certa infantilização na relação com o patriarca (ou seja,

o pai idealizado). Não poderei aqui reexaminar *Totem e tabu* para sublinhar que o mito teórico freudiano postula a posição deste como o que inicialmente detém a posse de todas as mulheres (ou seja, as estupra) e expulsa os filhos para melhor exercer uma posição de exceção quanto ao contrato fundante da sociedade moderna. Nem poderei demonstrar – sempre segundo Freud – que tal contrato é efetuado justamente para tentar evitar que cada membro da fratria realize seu desejo, que consistiria, seguindo a identificação com o pai, em estar acima de qualquer lei ou ética, e por sua vez consumir todos os "outros corpos" como seus objetos.

Não é surpreendente, portanto, que o voto masculino seja maioria na eleição de políticos que se apresentam como se estivessem acima de qualquer regra básica de convivência ética, e que seu projeto político conjugue falicidade e genocídio, em vez do bem-estar social. Eles levam às últimas consequências a própria base da construção social, ou seja, o quase inquebrantável pacto entre os irmãos, a *broderagem*, que depende da reverência cega àquele que é alçado ao lugar do pai (o ato de seu assassinato levando à sua idealização como totem e ao que Freud denomina "obediência retardada", justamente). Eles – e os *red pills*, *incells* etc., seu exército no campo da propaganda – banalizam e propagam a violência para, paradoxalmente, melhor denegar a violência patriarcal de que são eles mesmos objetos. E assim demonstram que a masculinidade hegemônica é de natureza política. Sua arquitetura é a do exército e a da parada militar (como já indicava Lacan): ela consiste em uma condição de poder sempre precária e claudicante que se deve comprovar a todo instante diante dos irmãos e do "líder", o patriarca. E o modo mais eficaz para reafirmá-la é descarrilhar no "outro corpo" a cruel sanha destroçadora deste, certificando-se de que se trata de um corpo distinto do seu – e ao mesmo tempo exibindo-o e oferecendo-o ao Outro como uma espécie de vítima sacrificial.

Se assim sublinho, com força, a violência inerente à ordem falopatriarcal, não é para simplesmente acusar aqueles que se identificam como

¹ S. Freud, "Sobre as teorias sexuais infantis", in *Obras completas*, v.8: *O delírio e os sonhos na Grávia, Análise da fobia de um garoto de 5 anos e outros textos (1906-1909)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015, p. 402.

“homens” de serem necessariamente agentes de violência, mas sim para apontar o quão fortemente eles são dela objetos. A cena de feminização pelo pai é a condição de base da masculinidade patriarcal, e é para tentar dela se livrar, provando que não é (ainda) castrado, que o “homenino” a encena sobre o “outro corpo”, seja pelo estupro ou por modos infinitos de coerção, desvalorização e agressão de que nós, não homeninos, jamais deixamos de ser objetos na cultura. Aliás, o léxico de tal mecanismo é bem conhecido da psicanálise, desde Sándor Ferenczi: trata-se nitidamente de identificação com o agressor e da encenação da agressão sobre outres/as. Em uma ideia luminosa que decorreu da escuta de homens condenados por estupro, a antropóloga argentino-brasileira Rita Segato nomeia como “mandato de masculinidade” tal empuxo ao exercício da violência que feminiza corpos, e caracteriza a construção de tal masculinidade como uma verdadeira “pedagogia da crueldade”². Não terei espaço aqui para defender a ideia complementar de que o que a

gramática falopatriarcal nos oferece como posição hegemônica, a nós, não homeninos, não é outra coisa senão um *mandato de sacrificio*, no convite a que aceitemos encarnar supostamente a falta, em nome do pai em sua suposta grandiosidade.

Para concluir este rápido comentário, preciso ressaltar que dissecar a narrativa patriarcal não significa naturalizá-la. Pelo contrário, a psicanálise nos convida a tomar a idealização do patriarca e a violência fálica como sintomas a serem analisados, ou seja, quebrados e elaborados. E nos cabe hoje pôr a mão na massa, por assim dizer, da própria psicanálise, para reconhecer nela a abertura para a construção de outras arquiteturas – outros modos de masculinidade, assim como outras matrizes sexuentes que não têm em seu centro a binária construção da “diferença sexual anatômica”. Devemos fazê-lo tendo como base a escuta de tantos outros significantes que já circulam na cultura, em outros campos do pensamento, em nossas próprias vidas e, sobretudo, em nossa própria clínica.

2 R. Segato, *As estruturas elementares da violência*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2025. R. Segato (2016). *La guerra contra las mujeres*. Buenos Aires: Prometeo, 2020.